



No título: "*PM#128 (Lorenzo)*"

(*Técnica: Acrílico e óleo sobre tela*)

**Créditos:** João Miguel Ramos nasceu em São Miguel, nos Açores, em 1994. Vive e trabalha entre o Porto e os Açores. É licenciado em Artes plásticas – Pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (2016) e estudou na Hochschule für grafik und buchkunst em

Leipzig (2019). Concluiu o Mestrado em Artes Plásticas – Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (2020). Trabalha numa configuração aberta e multidisciplinar em que o meio da pintura é tido como forma de enquadramento. Expõe frequentemente em Portugal e no estrangeiro nomeadamente “3 Máquinas”, Galeria Fonseca Macedo, em 2021, “We never say never say never”, Walk&Talk, Ponta Delgada, em 2020, “Andor”, Atelier Caldeiras, Porto, em 2020, “Figura-Lugar”, Atelier Brum, Walk&Talk, em 2020, “Let’s Call it a Day”, Handstand und Moral, Leipzig, em 2020, “Unsere Meinung – Klasse Riedel”, Urban Jungle, Leipzig, 2019, entre outras.

**Cortesia: Galeria Fonseca Macedo**

**Nota:** Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

## DESTAQUES



### Concurso Licenciados (Grau AD5)

[4.º aniversário da invasão da Ucrânia: Declaração conjunta da Presidente da Comissão Europeia, do Presidente do Conselho Europeu e da Presidente do Parlamento Europeu](#)

[Declaração da Presidente von der Leyen sobre o acordo UE-Mercosul](#)

[Orçamento europeu para 2028-2034: Tribunal de Contas Europeu lança alertas sobre novo Fundo Europeu e como medir resultados das despesas](#)

[ProtectEU: Comissão apresenta nova agenda de luta contra o terrorismo](#)

[Comissão propõe regras à escala da UE contra o tráfico de armas de fogo ilícitas](#)

[Portugueses entre os vencedores da Marca do Património Europeu 2025](#)

[Comissão convida à apresentação de observações sobre o projeto de novo regulamento geral de isenção por categoria relativo aos auxílios estatais](#)

[PRR: Comissão Europeia desembolsa 1,1 mil milhões de euros a Portugal](#)



Até 1 de março



**Torne-se um Avaliador Especialista para o Concurso da Parceria do Hidrogénio Limpo 2026**

A Parceria para o Hidrogénio Limpo está à procura de profissionais experientes para avaliar propostas de projetos para o convite de propostas de 2026. Registe-se [aqui](#) para manifestar interesse até 1 de março de 2026.

2 a 6 de março



**Jornadas Europeias dos Oceanos 2026**

As Jornadas Europeias dos Oceanos são um evento de uma semana com uma série de sessões dinâmicas e interligadas centradas em temas fundamentais relacionados com os oceanos, todas concebidas para incentivar os participantes a envolverem-se em vários temas e a contribuir para uma visão partilhada da prosperidade, competitividade, segurança e sustentabilidade dos nossos oceanos.

As Jornadas Europeias dos Oceanos 2026, vão decorrer entre segunda-feira, 2 de março de 2026 e sexta-feira, 6 de março de 2026, em Bruxelas (Bélgica)

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 3 de março



### **Sistema de Informação e Comunicação para a Fiscalização do Mercado — pormenores e funcionalidades do módulo «Trabalho Forçado»: apresentação de comentários a projeto de ato**

Esta iniciativa visa estabelecer a base para o módulo «Trabalho Forçado» no Sistema de Informação e Comunicação para a Fiscalização do Mercado.

A iniciativa irá identificar os elementos de dados necessários para que a Comissão e as autoridades nacionais possam comunicar eficazmente e trocar informações entre si durante os inquéritos, a tomada de decisões e a aplicação do Regulamento Trabalho Forçado.

O período para apresentação de comentários sobre o projeto de ato apresentado pela Comissão Europeia decorre através do portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 3 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

4 e 5 de março



### **170.ª Sessão plenária do Comité das Regiões**

A 170.ª Sessão Plenária do Comité Europeu das Regiões irá decorrer nos próximos dias 4 e 5 de março de 2026 no hemiciclo do Parlamento Europeu, no edifício Paul Henri Spaak.

Os principais destaques da sessão serão: o debate sobre o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2027; o debate sobre Competitividade, o Mercado Único e Contratação Pública; o debate sobre a Resiliência da Água; o debate sobre o Alargamento; e a Cerimónia - Prémio do Presidente Paweł Adamowicz.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre esta 170.ª Sessão plenária do Comité das Regiões.

Até 5 de março



### **Carteira europeia de identidade digital — Certificados eletrónicos de atributos (atualização): apresentação de comentários a projeto de ato**

Esta iniciativa altera o Regulamento de Execução (UE) 2025/1569 da Comissão, atualizando as normas e especificações técnicas necessárias para a emissão de certificados eletrónicos qualificados de atributos e certificados eletrónicos de atributos fornecidos por um organismo do setor público responsável por uma fonte autêntica ou em seu nome.

O período para apresentação de comentários sobre o projeto de ato apresentado pela Comissão Europeia decorre através do portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 5 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



### **Consulta Pública: Novo ato legislativo da UE para os serviços de entregas — UE reforma regras postais**

No âmbito da estratégia da UE para o mercado único adotada em maio de 2025, propõe-se um novo ato legislativo da UE para os serviços de entregas a fim de substituir a Diretiva Serviços Postais e o Regulamento Encomendas Transfronteiriças no 4.º trimestre de 2026.

A reforma das regras da UE para os serviços postais centrar-se-á nas entregas enquanto serviço e garantirá que os particulares e as empresas possam receber entregas em toda a UE a preços acessíveis, ao mesmo tempo que irá promover a concorrência leal nos mercados de entregas e melhorar a proteção dos consumidores.

O período de consulta decorre através do portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 5 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 6 de março



### Orientações sobre a aplicação das regras da UE em matéria de trabalho forçado: convite à apresentação de contributos

As regras da UE sobre trabalho forçado obrigam a Comissão a emitir orientações até 14 de junho de 2026, em consulta com as partes interessadas relevantes. Estas orientações visam garantir uma aplicação previsível e eficiente dessas regras, ao mesmo tempo que minimizam os encargos para as administrações e empresas. Oferecerão um quadro estruturado para assegurar a conformidade e a eficácia, clarificando papéis e responsabilidades, apoiando o desenvolvimento de capacidades e promovendo a transparência e a prestação de contas.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 6 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 9 de março



### Consulta pública sobre revisão das regras de proteção do meio marinho

A Comissão Europeia abriu uma consulta pública e um convite à apresentação de provas no âmbito da revisão da [Diretiva-Quadro Estratégia Marinha](#) (MSFD), com o objetivo de reforçar a proteção dos ecossistemas marinhos e simplificar a sua aplicação.

A revisão segue-se à avaliação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (MSFD), publicada em março de 2025, que reconheceu os progressos realizados, mas concluiu que a diretiva ainda não alcançou plenamente o objetivo de garantir um bom estado ambiental nos mares europeus, sendo o elevado nível de poluição e a perda de biodiversidade marinha apontados como os principais motivos para a falta de sucesso da iniciativa.

A iniciativa está aberta à participação de cidadãos, entidades públicas e organizações interessadas até **9 de março de 2026** (23h59 hora de Bruxelas), através do portal "[Dê a Sua Opinião](#)".

Até 10 de março



### Concurso Licenciados (Grau AD5)

A União Europeia está à procura de licenciados de todas as áreas de estudo para integrar a sua função pública. O [Serviço Europeu de Seleção de Pessoal \(EPSO\)](#) está a lançar um concurso público para constituir uma lista de reserva, a partir da qual as instituições, órgãos e agências da União Europeia poderão recrutar novos membros da função pública como administradores ([grau AD5](#)).

O período de candidaturas termina a 10 de março de 2026, às 12h00 (hora de Bruxelas), 10h00 (hora dos Açores).

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 11 de março



### Comissão apoia projetos de literacia mediática com 3 milhões de euros

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#), no valor de 3 milhões de euros, destinado a apoiar projetos inovadores que reforcem a literacia mediática e ajudem os cidadãos a navegar de forma crítica e informada no ambiente digital.

As iniciativas poderão decorrer online ou offline e devem tornar o processo de aprendizagem sobre os media mais interativo e envolvente, ao mesmo tempo que ajudam profissionais do setor a adaptar-se a novos formatos e tendências de consumo.

O prazo para apresentação de propostas termina a 11 de março de 2026, e o convite está aberto a parceiros de países participantes no programa [Europa Criativa](#).

Até 12 de março



### Atualização da governação da União da Energia e da ação climática: Consulta Pública

As regras atuais criaram um mecanismo de governação baseado no planeamento estratégico, na elaboração de relatórios e na monitorização, para ajudar a UE e os Estados-Membros a atingirem os seus objetivos em matéria de clima e de energia.

Esta iniciativa da Comissão Europeia prevista para o quarto trimestre de 2026, visa manter a Europa no bom caminho para cumprir os seus objetivos em matéria de clima, integrando, reforçando e modernizando simultaneamente essas regras e propondo para a próxima década um quadro propício que garanta a competitividade e a sustentabilidade da Europa.

O período de consulta decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 12 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 13 de março



### Combater a fraude online – plano de ação: convite à apreciação

Os esquemas de fraude são o setor da criminalidade organizada em mais rápida expansão. A escala da fraude em linha — impulsionada pelos progressos na automatização e na IA — atingiu um nível sem precedentes, prevendo-se que continue a aumentar. Este plano de ação visa reduzir significativamente a incidência e o impacto da fraude em linha (incluindo por telefone) em toda a UE, reforçando a coordenação, melhorando o apoio às vítimas e impulsionando a cooperação transfronteiras, estabelecendo assim uma abordagem mais integrada.

Pode apresentar os seus comentários em resposta ao convite à apreciação até ao dia 13 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 16 de março



### Política da UE para o Ártico – Comissão Europeia lança convite à apreciação e consulta pública

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta [pública e um convite à apreciação](#) no âmbito do processo de atualização da política da UE para o Ártico. Esta atualização é necessária para manter a pertinência e a eficácia da política na resposta à evolução dos desafios e das oportunidades no Ártico.

A consulta pública e o convite à apreciação decorrerão até **16 de março de 2026**, esperando a Comissão receber uma série de contributos das partes interessadas, nomeadamente de: Estados-Membros da EU; Comunidades indígenas e locais; Representantes da indústria; Organizações da sociedade civil; Academia .

A iniciativa surge na sequência do [anúncio do Presidente da Comissão Europeia de rever a política da UE para o Ártico](#), a fim de garantir que está apta a enfrentar os desafios atuais e futuros.

Até 17 de março



### Normas em matéria de plásticos de utilização única e artes de pesca (avaliação)

Os produtos de plástico de utilização única e as artes de pesca que contêm plástico constituem uma importante fonte de lixo marinho que ameaça os ecossistemas marinhos, a biodiversidade e a saúde humana. Esse tipo de lixo prejudica o exercício de atividades como o turismo, as pescas e o transporte marítimo.

A Diretiva Plásticos de Utilização Única de 2019 visa prevenir estes resíduos e reduzir o seu impacto no meio marinho. Esta iniciativa avaliará o impacto das medidas previstas na diretiva, devendo servir de base para futuras atualizações ou alterações da mesma.

Pode apresentar os seus comentários em resposta ao convite à apreciação até ao dia 17 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 20 de março



### Produção biológica — atualizações específicas e simplificação: apresentar comentários sobre este ato adotado

Esta iniciativa atualiza as regras relativas à produção biológica a fim de: proporcionar clareza e segurança às empresas no que concerne à importação de produtos biológicos ao abrigo do regime de equivalência, na sequência de um acórdão do Tribunal de Justiça da EU; prorrogar o reconhecimento das normas de produção biológica equivalentes de países terceiros além do atual prazo de 31 de dezembro de 2026, com vista a evitar perturbações do comércio; e, simplificar determinadas regras de forma direcionada para tornar a produção biológica da UE mais competitiva e reduzir a carga regulamentar.

Pode apresentar os seus comentários em relação ao ato adotado até ao dia 20 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 24 de março



### **Pesca e aquicultura – Visão 2040**

A visão 2040 visa estabelecer o quadro estratégico global para promover a competitividade, a resiliência e a sustentabilidade dos setores da pesca e da aquicultura, incluindo o setor da transformação, em consonância com o Pacto Europeu dos Oceanos.

A visão 2040: identificará os problemas críticos que afetam toda a cadeia de valor; delineará as medidas a tomar para os resolver; basear-se-á na avaliação do Regulamento Política Comum das Pescas; e, será alinhado com a estratégia da UE para a ação externa no domínio das pescas e com o roteiro para a transição energética dos setores da pesca e da aquicultura da UE.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 24 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

24 e 25 de março



### **Evento anual do Pacto Europeu para o Clima 2026: Juntos em ação**

Realizado em Bruxelas e em linha, o programa de eventos «Juntos em Ação 2026» tem algo para todos, desde explorar o futuro da política climática com peritos experientes a inspirar-se em iniciativas de sustentabilidade lideradas pela comunidade.

Este evento constitui uma oportunidade para: ouvir a Comissão Europeia, incluindo o Comissário Wopke Hoekstra, sobre o futuro da política climática da UE; participar em sessões inspiradoras de membros da comunidade do Pacto Europeu para o Clima sobre a forma como lideram a acusação contra as alterações climáticas; explorar exposições, mostras artísticas e sessões criativas sobre a ação climática e conhecer pessoas de toda a Europa que partilham as mesmas ideias.

As sessões de 24 e 25 de março estarão abertas a todos os interessados na ação climática. Os membros da comunidade do Pacto Europeu para o Clima são exclusivamente convidados a participar num dia especial da comunidade, em 23 de março. Visite a [página](#) Juntos em Ação 2026 para ver os destaques do programa.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este evento, bem como a ligação para efetuar o registo.

Até 4 de abril



### **Segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais — Pacote Omnibus Simplificação**

Esta iniciativa visa aumentar a competitividade dos agricultores da UE e da indústria dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, bem como reduzir os encargos administrativos para as autoridades dos Estados-Membros relacionados com as autorizações de introdução no mercado dos produtos.

A iniciativa irá: acelerar o acesso das substâncias e dos produtos de controlo biológico ao mercado da EU e simplificar e clarificar os requisitos regulamentares em matéria de produtos fitofarmacêuticos, produtos biocidas, aditivos para a alimentação animal, higiene dos géneros alimentícios e controlos oficiais, bem como outras medidas destinadas a simplificar a legislação alimentar da UE.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 4 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



### **Ato legislativo sobre biotecnologia**

O setor da biotecnologia desempenha um papel fundamental em vários domínios da economia da UE. É impulsionado pela investigação, evolui rapidamente e exige investimentos públicos e privados substanciais.

O ato legislativo sobre biotecnologia irá propor uma série de medidas com o objetivo de criar um ambiente propício para acelerar a transição dos produtos biotecnológicos do laboratório para a fábrica e para o mercado, mantendo as mais elevadas normas de segurança relativas à proteção da população e do ambiente.

Pode apresentar os seus comentários em relação ao ato adotado até ao dia 4 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 6 de abril



### **Política Agrícola Comum 2023-2027 – avaliação intercalar**

Desde 1962, a política agrícola comum (PAC) tem sido uma pedra angular da política da UE, apoiando os agricultores e garantindo a segurança alimentar da Europa.

A avaliação intercalar analisará os primeiros resultados da PAC 2023-2027. Avaliará os progressos realizados na consecução dos seus objetivos associados aos objetivos partilhados da UE em prol da sustentabilidade social, ambiental e económica da agricultura e das zonas rurais.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 6 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) através do portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 10 de abril



### Sistema europeu de comunicações críticas: consulta pública

As equipas de primeira intervenção (agentes de polícia, bombeiros e serviços de intervenção de emergência) não podem utilizar facilmente os seus rádios e os telemóveis inteligentes quando colaboram com colegas de outros Estados-Membros para além das suas fronteiras.

O Sistema europeu de comunicações críticas ligará os sistemas de comunicação das equipas de primeira intervenção da UE e do espaço Schengen, o que facilitará, nomeadamente, as suas operações de salvamento e contribuirá para reforçar a resiliência e a autonomia estratégica da UE.

O período de consulta pública decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 10 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 19 de abril



### Consulta específica sobre a competitividade do setor bancário da UE

Esta consulta contribuirá para o relatório de 2026 da Comissão sobre a competitividade do setor bancário da UE, que faz parte da estratégia da União da Poupança e do Investimento.

A presente consulta está aberta a um vasto leque de partes interessadas no funcionamento e na competitividade do setor bancário da UE e no mercado único bancário.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre esta consulta e como poderá participar na mesma.

Até 22 de abril



### Diretiva Denúncia de Irregularidades - avaliação

Nos termos do artigo 27.º, n.º 3, da Diretiva Denúncia de Irregularidades, a Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório em que seja avaliado o impacto da legislação nacional de transposição da diretiva.

Esta iniciativa avaliará se as regras estão a funcionar como previsto e examinará os domínios em que poderão ser necessárias medidas suplementares ou alterações.

O período de consulta decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 22 de abril de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 23 de abril



### Promoção dos produtos agrícolas

A Comissão Europeia cofinancia e também organiza diretamente campanhas e eventos para promover os produtos agrícolas da UE em todo o mundo. Esta ação é realizada sob o lema «Enjoy, it's from Europe» (Aproveite, é da Europa), que visa sensibilizar para os esforços envidados pelos agricultores europeus para produzir produtos de qualidade. Estas atividades promocionais contribuem para reforçar a sua visibilidade nos mercados da UE e internacionais, em conformidade com a política de promoção [da UE](#).

O período para apresentação de candidaturas decorre até ao dia 23 de abril de 2026, podendo encontrar [aqui](#) mais informação.

Até 26 de abril



## Prémios europeus da produção biológica 2026: o melhor da agricultura biológica da UE

A 5.ª edição dos Prémios Europeus da Produção Biológica [está agora aberta a candidaturas](#) até 26 de abril de 2026. Estes prémios celebram líderes na cadeia de valor biológica que desenvolvem projetos inspiradores que melhoram a produção e o consumo de alimentos biológicos. Os vencedores deste ano serão celebrados na cerimónia de entrega dos prémios no Dia Biológico da UE, 23 de setembro, em Bruxelas.

Os prémios europeus da produção biológica são organizados conjuntamente pela Comissão Europeia, pelo Comité Económico e Social [Europeu](#), pelo Comité das Regiões [Europeu](#) e pelo [COPA-COGECA](#), e [IFOAM Organics Europe](#), com a participação do Parlamento Europeu e do Conselho na avaliação.

Serão atribuídos sete prémios em seis categorias: melhor agricultor biológico (feminino e masculino); melhor região/biodistrito biológico; melhor cidade em produção biológica; melhor PME de transformação de alimentos biológicos; melhor retalhista de alimentos biológicos; e, melhor Restaurante/Serviço de Comida Biológico.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre quem e como se pode candidatar.

28 a 30 de abril



## Preparação para os convites à apresentação de propostas LIFE 2026

Prevê-se que os convites à apresentação de propostas LIFE 2026 sejam publicados em 21 de abril de 2026. A CINEA organizará os dias de informação #EULIFE26 em linha, para apoiar potenciais candidatos.

Os dias de informação [LIFE 2026](#) terá lugar em linha de terça-feira, 28 de abril, a quinta-feira, 30 de abril. As inscrições serão abertas no dia 2 de março. Estas sessões destacarão os temas prioritários para 2026, fornecerão informações sobre os quatro subprogramas LIFE e prestarão aconselhamento sobre a forma de preparar uma boa proposta.

O evento será transmitido em direto e as perguntas serão respondidas em direto via slido.com.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 6 de maio



## Revisão da Diretiva Direitos dos Acionistas: consulta pública

A avaliação e a eventual revisão da Diretiva Direitos dos Acionistas respondem aos apelos das partes interessadas, que apontam para ineficiências na interação entre as empresas, os seus acionistas e os intermediários. O objetivo é tornar mais fácil e mais barato investir e operar em todo o mercado único.

Este quadro simplificado será complementado por outras medidas destinadas a combater a fragmentação do mercado de capitais da UE e a promover a competitividade e o crescimento.

O período de consulta decorre através do portal ["Dê a sua opinião"](#) até ao dia 6 de maio de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

21 e 22 de maio



## Dia Europeu do Mar (EMD)

O EMD 2026 terá lugar nas instalações do Carob Mill na cidade velha de Limassol: Carob [Mill Restaurants – Ultimate Dinning Experience \(em inglês\)](#). Este espaço de eventos, onde decorrerão as sessões de alto nível, a exposição e parte dos workshops, será combinado com 2 espaços de eventos muito próximos (para workshops).

O EMD é a ocasião para prestar homenagem à «Europa marítima» e colocar todos os setores e atividades marítimas no centro das atenções, a fim de ajudar os cidadãos europeus a compreender o alcance real e a variedade das atividades relacionadas com o mar em curso na Europa e provocar uma reflexão sobre o papel crucial que os mares desempenham na nossa vida quotidiana.

É o evento anual durante o qual a comunidade marítima da Europa se reúne para estabelecer redes, debater e delinear ações conjuntas em matéria de assuntos marítimos e economia azul sustentável.

O EMD 2026 é organizado pela Comissão Europeia, pelo Ministério Adjunto dos Transportes Marítimos da República de Chipre e pelo Município de Limassol.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

### Conselho (Agricultura e Pescas), 23 de fevereiro de 2026: principais resultados alcançados

Os ministros trocaram opiniões sobre as recomendações nacionais da política agrícola comum pós-2027 e sobre o relatório de avaliação da diretiva relativa às práticas comerciais desleais.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada.

### Conselho aprova conjunto de medidas de apoio ao setor vitivinícola da UE

O Conselho adotou um regulamento relativo a um quadro estratégico modernizado para apoiar um setor vitivinícola da UE competitivo, resiliente e preparado para o futuro. As medidas atualizadas destinam-se a equilibrar melhor a oferta e a procura, reforçar a adaptação às alterações climáticas, simplificar e harmonizar as práticas de rotulagem, incentivar a inovação, expandir a flexibilidade de plantação e estimular as economias rurais. Essas medidas reforçarão igualmente a capacidade do setor para responder à evolução das preferências dos consumidores e aproveitar as oportunidades de mercado emergentes.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do acordo.

O regulamento entrará em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da UE.

### A Comissão atua para salvaguardar a disponibilidade e a acessibilidade dos preços dos adubos

Cumprindo o compromisso assumido na [reunião ministerial de 7 de janeiro](#), a Comissão Europeia propôs a suspensão, por um ano, dos direitos da nação mais favorecida (NMF) sobre as importações de vários fertilizantes azotados e fatores de produção essenciais para a sua produção (amoníaco, ureia). A suspensão pautal será aplicada a todos os países, com exceção da Rússia e da Bielorrússia, através de contingentes pautais isentos de direitos.

A medida reforçará o setor agroalimentar da UE, reduzindo os custos para os agricultores e a indústria de fertilizantes, poupando cerca de 60 milhões de euros em direitos de importação. Facilitará igualmente a redução da dependência da UE em relação à Rússia e à Bielorrússia e apoiará a diversificação da oferta, onde as importações ainda são necessárias para o setor agrícola da UE e para a indústria de adubos. Tal contribuirá para garantir a segurança alimentar e a soberania da UE num mundo cada vez mais instável e incerto.

Ao eliminar os direitos aduaneiros NMF e ao abrir novas oportunidades através de acordos comerciais, o principal objetivo da Comissão é apoiar os setores agroalimentar e dos fertilizantes competitivos da UE, procurando simultaneamente novos fornecedores fiáveis. A medida proposta é cuidadosamente calibrada em função das necessidades do mercado da UE, através do estabelecimento de um sistema de quotas. As importações para além destes contingentes estarão sujeitas a direitos NMF normais.

Esta iniciativa cumpre o compromisso da Comissão de fazer face ao aumento dos custos enfrentados pelos agricultores da UE e constitui uma componente importante do trabalho da Comissão para fazer face ao elevado custo dos adubos para os agricultores da UE. Alinha-se igualmente com os esforços mais vastos para garantir a soberania alimentar e a segurança económica da UE num panorama mundial incerto. Em dezembro de 2025, a Comissão já propôs uma ação a nível da UE centrada nos adubos. Foi proposta uma exceção às regras de cálculo normalizadas, a fim de reduzir o impacto do [Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço](#) (CBAM) nos adubos, tornando-os o único produto a beneficiar dessa exceção (utilização de uma margem de 1 % em vez de 10 %, com um aumento progressivo para 30 % em todos os outros setores). No contexto da aplicação do CBAM, a Comissão continua a acompanhar de perto o mercado.



## Embalagem de paletes isenta do requisito de reutilização de 100 % ao abrigo da legislação da UE em matéria de embalagens

A Comissão Europeia decidiu que o [acondicionamento e as correias utilizados para fixar as mercadorias em paletes durante o transporte](#) não terão de cumprir o requisito de reutilização de 100 % da UE ao abrigo do [Regulamento Embalagens e Resíduos de Embalagens](#). Esta abordagem equilibrada reforça o empenho da UE na promoção de uma economia circular, reconhecendo simultaneamente a viabilidade operacional.

Esta decisão surge na sequência [de um estudo da Comissão](#) que avalia a viabilidade de uma isenção do objetivo de reutilização de 100 % para o acondicionamento e as cintas de paletes utilizadas nas empresas e entre empresas do mesmo Estado-Membro, estabelecido no âmbito do PPWR. O estudo concluiu que a utilização exclusiva de embalagens e tiras de paletes reutilizáveis para operações de transporte quando utilizadas na mesma empresa ou entre empresas associadas ou parceiras, ou para entregas no mesmo Estado-Membro, poderia conduzir a custos de adaptação desproporcionados.

A isenção garante que os operadores podem cumprir a outra meta global de reutilização de 40 % ao abrigo do PPWR sem enfrentar encargos indevidos associados a componentes de embalagem específicos, alinhando os objetivos de sustentabilidade com as atuais realidades tecnológicas e financeiras. Com efeito, nos termos do regulamento, a partir de 1 de janeiro de 2030, os operadores económicos da UE terão de assegurar que pelo menos 40 % das embalagens de transporte e de venda, incluindo as paletes e o acondicionamento e correias das paletes, sejam reutilizáveis.

Pode encontrar [mais informações em linha](#).

## Qual é a pegada de gases com efeito de estufa da UE per capita?

Em 2023, a [pegada de gases](#) com efeito de estufa dos bens e serviços consumidos na [UE](#) ascendeu a 9,0 toneladas de equivalente dióxido de [carbono \(CO2\) per capita](#), o que representa uma diminuição de cerca de 1 tonelada em comparação com 2022 (10,0 toneladas).

Este indicador tem em conta as emissões geradas ao longo das cadeias de produção de produtos consumidos na UE, independentemente do local onde ocorrem e, por conseguinte, inclui as emissões incorporadas em bens e serviços importados.

Entre os países da UE, as pegadas de gases com efeito de estufa mais baixas registaram-se em Portugal (6,5 toneladas de equivalente CO2 per capita), na Bulgária (6,8 toneladas) e na Suécia e na Roménia (6,9 toneladas cada).

Em contrapartida, as pegadas per capita mais elevadas registaram-se em Chipre (14,8 toneladas), na Irlanda (14,0 toneladas) e no Luxemburgo (12,7 toneladas).

Em 2023, a pegada total de gases com efeito de estufa de todos os bens e serviços consumidos na UE atingiu 4,0 [mil milhões de](#) toneladas de equivalente CO2. Ao mesmo tempo, as emissões geradas pela produção na UE ascenderam a 3,3 mil milhões de toneladas.

Tanto as emissões de gases com efeito de estufa baseadas no consumo como na produção diminuíram 12,9 % e 18,6 % entre 2013 e 2023, respetivamente. No entanto, em 2020, registou-se uma queda acentuada das emissões devido à pandemia, mas, em 2023, as emissões de gases com efeito de estufa estavam ao mesmo nível que em 2020, enquanto as emissões baseadas na produção tinham diminuído ainda mais 3,5 %.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada publicada pelo Eurostat.

## Coesão e solidariedade interna da UE

### Novo mecanismo para reforçar o apoio às regiões da UE mais afetadas pela guerra na Ucrânia

A Comissão Europeia acolherá o lançamento de uma nova iniciativa para facilitar o acesso ao apoio sob a forma de empréstimos aos Estados-Membros da UE que fazem fronteira com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia. Esta iniciativa, intitulada «Mecanismo EastInvest», está no cerne da estratégia para as [regiões orientais da UE que fazem fronteira com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia](#), adotada na semana passada pela Comissão para ajudar estas regiões a enfrentar os desafios que enfrentam na sequência da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

A Facilidade EastInvest será uma plataforma de financiamento específica para as regiões orientais da UE, que reunirá o Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Nórdico de Investimento, o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa e os bancos de fomento nacionais dos nove Estados-Membros em causa: Finlândia, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia, Hungria, Roménia e Bulgária. Facilitará aos promotores de projetos públicos e privados nas regiões orientais da UE o acesso a empréstimos e a aconselhamento para impulsionar as suas economias, desenvolver o comércio e reforçar a segurança. As quatro instituições financeiras participantes estimam que o mecanismo disponibilizará, pelo menos, 28 mil milhões de EUR em investimentos públicos e privados nessas regiões.

Pode encontrar mais informações no comunicado de [imprensa conjunto](#).

### Abertura das candidaturas aos prémios Novo Bauhaus Europeu 2026

A Comissão Europeia abriu o período de candidaturas a vários prémios que celebram a inovação e a criatividade inspiradas pelo Novo Bauhaus Europeu (NEB). Nesta sexta edição dos Prémios Novo Bauhaus Europeu e segunda edição do Prémio Estímulo do Novo Bauhaus Europeu para

Pequenos Municípios («New European Bauhaus Boost for Small Municipalities»), a Comissão Europeia volta a apelar à apresentação de projetos belos, sustentáveis e inclusivos, de toda a Europa e mais além, que tenham potencial para melhorar a vida dos cidadãos e reforçar a inovação e a participação.

A presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen declarou, a este respeito: «O Novo Bauhaus Europeu já não é só uma ideia, é também um movimento dinâmico. Os projetos desenvolvidos em toda a Europa mostram-nos as possibilidades do nosso futuro: sustentáveis, inclusivos e belos. Chegou o momento de ganharmos escala, inscrevendo o Novo Bauhaus Europeu na nossa agenda da competitividade para impulsionar a inovação e o pensamento criativo. Neste contexto, os prémios Novo Bauhaus Europeu são um elemento essencial.»

Na edição de 2025 foram distinguidos 22 projetos e conceitos inovadores com prémios Novo Bauhaus Europeu, tendo 20 iniciativas de base comunitária recebido o prémio Estímulo Novo Bauhaus Europeu para Pequenos Municípios («New European Bauhaus Boost for Small Municipalities»). Na edição de 2026, a Comissão volta a apelar à apresentação de projetos que promovam a sustentabilidade, a inclusividade e a qualidade de vida.

O prazo para apresentação de candidaturas encerra a 17 de março de 2026, às 18h00 (hora de Portugal continental), devendo as mesmas ser feitas na [plataforma dos Prémios Novo Bauhaus Europeu](#). A plataforma disponibiliza [guias do candidato](#) com informações pormenorizadas sobre o processo de candidatura.

Os projetos finalistas dos Prémios Novo Bauhaus Europeu 2026 serão anunciados durante a terceira edição do [Festival Novo Bauhaus Europeu](#) que terá lugar de 9 a 13 de junho de 2026, sendo os vencedores revelados na cerimónia dos Prémios Novo Bauhaus Europeu no outono de 2026.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#).

### **Comissão convida a Comissão a apresentar observações sobre o projeto de novo regulamento geral de isenção por categoria relativo aos auxílios estatais**

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre o projeto de regulamento [geral de isenção por categoria \(RGIC\)](#) mais simples e simplificado. O RGIC define categorias específicas de auxílios estatais como compatíveis com as regras da UE, se preencherem determinadas condições, e isenta-as de notificação prévia e de aprovação pela Comissão. Tal permite que os Estados-Membros prestem rapidamente auxílios se estiverem preenchidas as condições que limitam a distorção da concorrência no mercado único.

O novo RGIC implicará menos encargos administrativos, será adaptado à recente evolução social, do mercado e tecnológica e permitirá uma maior flexibilidade na conceção das medidas de auxílio. As alterações incluem medidas a favor das PME, a simplificação da concessão de auxílios ao funcionamento para as energias renováveis, disposições atualizadas para ajudar a fazer face à crise da habitação, regras atualizadas para estimular a I&D e a inovação, regras mais claras e flexíveis aplicáveis aos auxílios aos aeroportos e a abolição da obrigação de avaliar os regimes de auxílio com orçamentos elevados.

A vice-presidente executiva responsável pela Transição Limpa, Justa e Competitiva, Teresa Ribera, declarou: «O novo projeto de RGIC que hoje propomos reduzirá os encargos administrativos e simplificará a legislação. Este conjunto de regras tornará mais fácil e mais rápido para os Estados-Membros impulsionar a competitividade das nossas indústrias, incluindo as PME, sem terem de esperar pela aprovação dos auxílios estatais. Encorajo vivamente todas as autoridades públicas, empresas e outras partes interessadas a participarem nesta importante consulta.»

A Comissão convida os Estados-Membros e todas as outras partes interessadas a apresentarem as suas observações sobre o projeto até 23 de abril de 2026. Para além da consulta agora lançada, o projeto de proposta será debatido em reuniões entre a Comissão e os Estados-Membros. A consulta pública terminará em 23 de abril de 2026. A adoção do RGIC revisto está prevista para o final de 2026, antes de o atual RGIC expirar em 31 de dezembro de 2026.

Está disponível em linha um [comunicado de imprensa](#).

### **Conselho aprova conclusões sobre a Agenda da UE para as Cidades, salientando o seu papel fundamental para a coesão económica, social e territorial**

Os ministros responsáveis pela política de coesão aprovaram conclusões sobre a Agenda da UE para as Cidades. Trata-se de um seguimento da comunicação da Comissão intitulada «Uma Agenda da UE para as Cidades: impulsionar o crescimento e a prosperidade», apresentada em 3 de dezembro de 2025.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes destas conclusões do Conselho, incluindo o acesso à [versão final](#) do texto.

### **PRR: Comissão Europeia desembolsa 1,1 mil milhões de euros a Portugal**

A Comissão Europeia desembolsou 1,1 mil milhões de euros a Portugal ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). O MRR é o elemento central do programa [NextGenerationEU](#) criado pela Comissão Europeia na sequência da pandemia de COVID-19 para apoiar a recuperação, o crescimento económico e a competitividade dos Estados-Membros.

Portugal receberá 1,1 mil milhões de euros para impulsionar a transformação digital nos cuidados de saúde e na educação, melhorar a gestão das finanças públicas e reforçar a eficiência do sistema judicial e do sistema fiscal. Os investimentos apoiados abrangem também o combate à pobreza energética e o apoio à transição para uma indústria de baixo carbono.

A Comissão Europeia tinha dado [luz verde ao pedido de pagamento de Portugal](#) em 23 de janeiro de 2026. Com este pagamento, a totalidade dos fundos entregues a Portugal até à data ascende a 14,9 mil milhões de euros.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.



## Cultura e Comunicação

### Portugueses entre os vencedores da Marca do Património Europeu 2025

A Comissão Europeia atribuiu a Marca do Património Europeu 2025 a [13 novos sítios históricos](#) em toda a União Europeia, reconhecendo o seu papel fundamental na história e na cultura do continente e juntando-os aos 67 locais já integrados nesta rede. Entre os distinguidos deste ano figuram dois sítios com participação portuguesa: o conjunto transnacional “Sítios da Paz” e o Abrigo do Lagar Velho. Ambos representam dimensões essenciais da identidade europeia, por um lado, a construção da paz através da diplomacia; por outro, as origens mais remotas da presença humana na Europa.

A rota Sítios da Paz reúne locais situados em vários países europeus, incluindo Portugal, onde foram celebrados tratados de paz entre os séculos XIII e XIX. Este conjunto patrimonial evidencia a importância histórica do diálogo, da diplomacia e da resolução negociada de conflitos na construção do projeto europeu, afirmando a paz como um dos seus valores estruturantes ([mais informações disponíveis aqui](#)).

Já o Abrigo do Lagar Velho, localizado no Vale do Lapedo, no centro de Portugal, é um dos mais relevantes sítios arqueológicos pré-históricos da Europa. Datado de há cerca de 29 mil anos, tornou-se conhecido pela descoberta da “Criança do Lapedo”, cujo esqueleto revelou características associadas tanto a humanos anatomicamente modernos como a neandertais. Esta descoberta contribuiu para uma nova compreensão da evolução humana na Europa, demonstrando que a diversidade e a interação entre populações fazem parte das raízes mais antigas da identidade europeia ([detalhes adicionais nesta página](#)).

A Marca do Património Europeu é uma iniciativa emblemática do programa [Europa Criativa](#) que distingue locais com impacto profundo na história, cultura e desenvolvimento da União Europeia. A edição de 2025 regista o maior número de sítios galardoados desde 2014, refletindo a importância contínua do setor cultural e reforçando o compromisso com a sensibilização do público, em especial das gerações mais jovens.

O Comissário Europeu para a Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto, Glenn Micallef, destacou: “Hoje, 13 sítios extraordinários recebem o prestigiado Rótulo do Património Europeu 2025. Das Catacumbas de São Paulo, em Malta, ao Património Industrial de Varkaus, na Finlândia, cada sítio é um testemunho vivo e um contador de histórias, captando a essência da rica história e evolução da Europa. Dão vida à história comum da Europa, oferecendo às pessoas a oportunidade de conhecer as raízes do continente e de transformar as complexidades do nosso passado num diálogo vivo que aproxima culturas e capacita os jovens. Contribuem para uma compreensão mais profunda das experiências que moldaram a União Europeia tal como a conhecemos hoje.”

Os 13 sítios foram selecionados por um painel de peritos independentes a partir de uma lista de [21 candidatos pré-selecionados](#). A cerimónia oficial de entrega da Marca do Património Europeu terá lugar a 22 de abril de 2026, em Bruxelas.

Mais informações sobre os novos sítios distinguidos e sobre os locais premiados em edições anteriores estão [disponíveis online](#).



## Defesa e Segurança

### ProtectEU: Comissão apresenta nova agenda de luta contra o terrorismo

A Comissão Europeia apresentou uma nova agenda para prevenir e combater o terrorismo, que define o caminho a seguir para reforçar a resposta coletiva da Europa à evolução das ameaças terroristas e extremistas violentas.

A UE reforçou a sua resposta ao terrorismo e ao extremismo violento ao longo da última década. No entanto, a natureza evolutiva destas ameaças exige uma resposta adaptada e mais forte. Uma iniciativa emblemática no âmbito da [Estratégia Europeia de Segurança Interna, ProtectEU](#), a agenda apresenta um conjunto abrangente de iniciativas intersectoriais para reforçar a preparação e a resposta, protegendo melhor as pessoas e as empresas da UE contra danos.

A crescente utilização abusiva das tecnologias digitais e das novas tecnologias, desde as redes sociais e a inteligência artificial até às armas impressas em 3D e aos drones, está a remodelar a atividade terrorista. Ao mesmo tempo, a radicalização dos menores está a aumentar, sendo os jovens cada vez mais visados em linha. Os desenvolvimentos geopolíticos e a participação de intervenientes estatais e não estatais deterioram ainda mais o panorama das ameaças.

A Comissão propõe aumentar a prospetiva e a resiliência da UE, reforçar a segurança das pessoas em linha e fora de linha e intensificar a cooperação com os parceiros internacionais.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre as principais medidas que integram esta agenda.

### **Comissão propõe regras à escala da UE contra o tráfico de armas de fogo ilícitas**

A Comissão Europeia apresentou uma proposta de diretiva para combater o tráfico de armas de fogo e outras infrações relacionadas com armas de fogo na UE. Esta é a primeira iniciativa legislativa a ser adotada no âmbito da [Estratégia Europeia de Segurança Interna, ProtectEU](#).

As armas de fogo ilícitas constituem uma ameaça grave para a segurança pública, permitindo o terrorismo, a criminalidade organizada, a violência de gangues e outros crimes graves. Este risco é amplificado pela evolução tecnológica, como a impressão 3D, e pela evolução das ameaças provenientes do exterior das fronteiras da UE, que exigem uma maior preparação da UE.

Atualmente, existem diferenças significativas na forma como as infrações relacionadas com armas de fogo são definidas e punidas, conduzindo a um quadro jurídico fragmentado em toda a UE. A proposta promoverá a harmonização e melhorará a eficácia da aplicação da lei contra crimes relacionados com armas de fogo, i) introduzindo um quadro à escala da UE com definições comuns de infrações e sanções relacionadas com armas de fogo, ii) apoiando uma cooperação mais forte entre os Estados-Membros e iii) melhorando a recolha e a utilização de dados. A proposta também (iv) colmata a lacuna na que diz respeito à utilização abusiva da impressão 3D para a produção ilícita de armas.

Ao tornar as investigações e as ações penais mais eficazes e ao reforçar a capacidade das autoridades responsáveis pela aplicação da lei para responder a ameaças emergentes, as novas regras ajudarão a proteger os cidadãos da UE dos perigos colocados pelas armas de fogo ilícitas.

A proposta visa apenas atos intencionais que envolvam armas de fogo ilícitas, preservando plenamente as atividades legítimas dos armeiros autorizados, da indústria e dos cidadãos. Não altera nem afeta de forma alguma as regras da UE em vigor em matéria de aquisição legal, posse e circulação transfronteiriça de armas de fogo.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes sobre os principais elementos da proposta de diretiva.

### **Os eurodeputados apelam a uma parceria mais forte entre a UE e o Canadá em tempos de turbulência global**

Numa recomendação adotada na passada quarta-feira, a Comissão dos Assuntos Externos (AFET) apelou a uma cooperação mais profunda entre a UE e o Canadá para enfrentar ameaças à segurança e impulsionar o comércio em meio ao aumento das tensões geopolíticas.

Os membros da Comissão dos Assuntos Externos apelaram às instituições da UE para aproveitarem a oportunidade apresentada pela atual rutura na ordem internacional e elevarem a parceria estratégica UE-Canadá a um novo nível na prossecução de interesses e valores comuns.

Numa recomendação aprovada por 47 votos a favor, 13 contra e 5 abstenções, os eurodeputados defendem a implementação rápida dos resultados da Cimeira UE-Canadá de 23 de junho de 2025, de forma a concretizar progressos concretos ao abrigo da declaração conjunta e da [parceria em matéria de segurança e defesa](#).

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre a recomendação adotada.

### **Mar Vermelho: Conselho prolonga o mandato da Operação ASPIDES para salvaguardar a liberdade de navegação**

O Conselho decidiu prolongar a operação de segurança marítima da União Europeia para salvaguardar a liberdade de navegação no contexto da crise no Mar Vermelho (EUNAVFOR ASPIDES) até 28 de fevereiro de 2027, na sequência da revisão estratégica da operação.

No âmbito da extensão, o Conselho acordou um montante de referência financeira de quase 15 milhões de euros para cobrir os custos comuns da operação no período de 1 de março de 2026 a 28 de fevereiro de 2027. Uma nova revisão estratégica da operação será realizada em 2026/27.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

### **Sanções da UE contra o terrorismo: Conselho reforça o âmbito da Lista de Terroristas da UE e mantém todas as inscrições existentes**

O Conselho decidiu reforçar o âmbito das medidas restritivas da UE para combater o terrorismo, ampliando os critérios de inclusão para: permitir à UE visar os principais membros de grupos e entidades incluídos na lista da UE, que desempenham um papel fundamental no planeamento, facilitação, preparação ou concretização de atos terroristas e permitir a imposição de medidas restritivas contra pessoas, grupos e entidades que estejam associados àqueles envolvidos em atos terroristas, incluindo através da sua participação no financiamento ou no envolvimento em formação e recrutamento de terroristas.

O Conselho introduziu também uma proibição de viajar para as pessoas incluídas na lista, para além do congelamento de bens e da proibição de lhes disponibilizar fundos ou recursos económicos.

Além disso, o Conselho concluiu ainda a revisão periódica da lista de pessoas, grupos e entidades sujeitos a medidas restritivas pelo seu envolvimento em atos terroristas, mantendo a lista inalterada. As pessoas incluídas na lista continuam sujeitas ao congelamento de bens e à proibição de os operadores da UE lhes disponibilizarem fundos ou recursos económicos.

Nas suas conclusões de 16 de dezembro de 2024 sobre o reforço das ligações externas-internas na luta contra o terrorismo e o extremismo violento, o Conselho sublinhou que o terrorismo e o extremismo violento, em todas as suas formas e independentemente da sua origem, continuam a representar uma ameaça grave para a segurança da União e dos seus Estados-Membros.

Pode aceder [aqui](#) a mais informação.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

#### **4.º aniversário da invasão da Ucrânia: Declaração conjunta da Presidente da Comissão Europeia, do Presidente do Conselho Europeu e da Presidente do Parlamento Europeu**

Há quatro anos, a Rússia lançou a sua guerra de agressão ilegal e em grande escala contra a Ucrânia. Voltamos a prestar homenagem ao corajoso povo da Ucrânia que continua a resistir e a defender o seu país.

A Rússia não alcançou os seus objetivos militares na Ucrânia. Como não consegue progredir no campo de batalha, a Rússia visa deliberadamente infraestruturas civis e infraestruturas críticas ucranianas, incluindo infraestruturas energéticas, hospitais, escolas e edifícios residenciais durante o inverno rigoroso. Os ucranianos mantêm um ânimo, uma determinação e uma resiliência impressionantes.

A União Europeia está firmemente ao lado da Ucrânia e do seu povo desde o primeiro dia da agressão da Rússia. O nosso objetivo é uma paz abrangente, justa e duradoura para a Ucrânia, baseada nos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. Apoiamos todos os esforços que visem alcançar essa paz — uma paz com dignidade e segurança a longo prazo, alicerçada no respeito pela soberania e pela integridade territorial. Nenhum país pode anexar o seu país vizinho. As fronteiras não podem ser alteradas pela força. O agressor não pode ser recompensado. No desafiante contexto internacional e geopolítico em que nos encontramos, salientamos a importância de manter a solidariedade transatlântica e mundial com a Ucrânia.

A União Europeia continuará a prestar apoio político, financeiro, económico, humanitário, militar e diplomático abrangente à Ucrânia e à sua população. Continuamos a ser o maior doador da Ucrânia. Além dos cerca de 200 mil milhões de euros de apoio desde 2022, os dirigentes europeus chegaram a acordo sobre a disponibilização de 90 mil milhões de euros à Ucrânia em 2026-2027, para ajudar o país a responder às suas necessidades orçamentais e de defesa mais urgentes e a manter-se forte perante os ataques da Rússia. Neste pacote de apoio, 60 mil milhões de euros serão destinados a necessidades militares (a «estratégia de porco-espinho»). O primeiro pagamento será efetuado tão rapidamente quanto possível.

Este inverno, a UE e os seus Estados-Membros prestaram assistência energética sem precedentes à Ucrânia e forneceram sistemas de defesa antiaérea e antidrones, bem como ajuda humanitária. Um novo pacote de apoio permitiu entregar geradores de emergência e ajuda humanitária. A fim de reforçar a resiliência energética da Ucrânia e evitar uma repetição da situação de emergência atual, estamos a trabalhar com a Ucrânia num novo plano de segurança energética e de preparação centrado na reparação e no reforço das redes, no pronto retomar do funcionamento das centrais elétricas danificadas e na rápida implantação da produção descentralizada de energias renováveis.

A guerra de desgaste de Putin está a desgastar a Rússia. Estamos determinados a aumentar a pressão sobre a Rússia para que esta cesse a sua agressão e se empenhe em negociações construtivas que conduzam à paz. Continuamos determinados a aumentar a pressão sobre os setores energético e financeiro da Rússia e a tomar mais medidas contra a sua frota-fantasma.

Os nossos esforços de apoio à Ucrânia também se projetam para o dia a seguir ao fim dos combates. A União Europeia e os seus Estados-Membros, em consonância com as respetivas competências, estão dispostos a contribuir para garantias de segurança sólidas e credíveis com o objetivo de assegurar que a Rússia não possa voltar a atacar a Ucrânia.

Faremos o necessário para que a Rússia seja responsabilizada pelos crimes cometidos e pelos danos causados. Estamos empenhados em operacionalizar tão rapidamente quanto possível o Tribunal Especial para o Crime de Agressão contra a Ucrânia e a Comissão Internacional dos Pedidos de Indemnização para a Ucrânia, ambos no âmbito do Conselho da Europa.

O futuro de uma Ucrânia segura e próspera é na União Europeia. Em circunstâncias muito difíceis, a Ucrânia avançou de forma significativa nas reformas relacionadas com a adesão à UE. A Ucrânia pode contar com o nosso pleno apoio à sua adesão à UE e à sua reconstrução pós-guerra.

Estamos firmes ao lado da Ucrânia. Por uma paz justa e duradoura. Por uma Ucrânia forte e soberana numa Europa forte e soberana.

[A declaração está disponível nesta ligação.](#)

#### **Parlamento continua firme no apoio à Ucrânia, quatro anos após a invasão da Rússia**

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, dirigiu-se aos membros do Parlamento Europeu durante a sessão plenária extraordinária, quatro anos depois de a Rússia ter invadido o seu país.

Na abertura da sessão plenária extraordinária que assinalou quatro anos de guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, na passada terça-feira, a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola declarou: «Quatro anos depois, o Parlamento Europeu não desiludiu a Ucrânia.

Porque sabemos que, quando estamos juntos, a Ucrânia e a Europa estão fortes. A segurança da Ucrânia é a segurança da Europa, a liberdade da Ucrânia é a liberdade da Europa e o futuro da Ucrânia está na Europa».

Numa alocução por vídeo, a partir de Kiev, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, manifestou gratidão pelo apoio contínuo do Parlamento Europeu à Ucrânia, afirmando que «sentimos verdadeiramente que muitos europeus na Ucrânia se preocupam com o que acontecerá à Ucrânia (...) nunca escolhemos esta guerra, não a provocamos e estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para a travar». Zelensky sublinhou que a «ditadura mentalmente instável» de Vladimir Putin em Moscovo representa uma ameaça agressiva tanto para os seus vizinhos como para a Europa e que o próprio Putin é simplesmente incapaz de aceitar uma coisa simples: que algures as pessoas podem viver de forma diferente e desfrutar de uma vida que não é a que ele prefere».

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

### **Declaração dos líderes do G7 sobre a guerra na Ucrânia**

Pode consultar [aqui](#) a versão integral da declaração dos G7 proferida por ocasião do quarto aniversário da invasão da Ucrânia em 2022 pela Rússia.

### **Conselho (Negócios Estrangeiros), 23 de fevereiro de 2026: principais resultados alcançados**

O Conselho de Negócios Estrangeiros trocou pontos de vista sobre a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, bem como sobre a situação no Médio Oriente, à luz dos acontecimentos mais recentes em Gaza, na Cisjordânia, no Irão e na Síria.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre os principais resultados alcançados nesta reunião.

### **Conselho dá luz verde à assinatura do pacote de acordos com a Suíça**

O Conselho deu luz verde à assinatura de um amplo pacote de acordos entre a UE e a Suíça destinados a aprofundar e expandir as suas relações bilaterais.

Na sequência desta adoção, a Comissão fica autorizada a assinar os acordos com as autoridades suíças. A assinatura está prevista para março de 2026. Uma vez concedida a aprovação do Parlamento Europeu, e sob reserva de a Suíça concluir os procedimentos necessários para a entrada em vigor do pacote, o Conselho concluirá o processo de celebração do pacote amplo de acordos, possibilitando a sua entrada em vigor.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos incluídos neste amplo pacote de acordos bilaterais com a Suíça.

### **Reunião ministerial UE-Angola, 26 de fevereiro de 2026: principais resultados alcançados**

A União Europeia e Angola [realizaram](#) a 7.ª reunião ministerial conjunta 'Caminho a seguir' na quinta-feira, 26 de fevereiro, em Bruxelas.

As partes discutiram questões políticas, de paz e segurança, tanto na Europa como em África, e a cooperação em fóruns multilaterais, bem como a cooperação em matéria de segurança e defesa, incluindo a segurança marítima e a situação no Golfo da Guiné

Trocou-se de opiniões sobre prioridades políticas para a cooperação, incluindo a Estratégia Global Gateway, com enfoque no Corredor de Lobito, e oportunidades de comércio e investimento.

Durante a reunião, as partes adotaram um [comunicado conjunto](#) reafirmando o seu compromisso com o 'Caminho Conjunto para o Futuro' de 2012, a cooperação reforçada em matéria de paz e segurança, e o fortalecimento das relações comerciais e de investimento.



Economia, Comércio e Concorrência

### **Acordo UE-Mercosul**

Pode encontrar [aqui](#) a declaração da Presidente von der Leyen sobre o acordo UE-Mercosul hoje proferida, na qual assume que a Comissão Europeia irá agora avançar com a aplicação provisória do acordo.

### **UE e Reino Unido concordam em cooperar de perto em questões de concorrência**

A Comissão Europeia e o Reino Unido [assinaram](#) o Acordo de Cooperação em Matéria de Concorrência UE-Reino Unido. O acordo estabelece um novo e claro quadro de cooperação em assuntos de concorrência entre, por um lado, a Comissão e as autoridades de concorrência dos Estados-Membros da UE e, por outro lado, a Autoridade de Concorrência e Mercados do Reino Unido. Trata-se do primeiro acordo dedicado entre a UE e o Reino Unido totalmente centrado na cooperação em matéria de concorrência, após a saída do Reino Unido da União.

O acordo estabelece princípios claros de cooperação para garantir interações fluidas entre a UE e o Reino Unido em matérias de concorrência. Por exemplo, a UE e o Reino Unido notificar-se-ão mutuamente sobre investigações significativas em matéria de antitrust e fusões, e coordenarão esforços entre si quando necessário. Além disso, o acordo define o dever das autoridades de concorrência de proteger a confidencialidade das informações partilhadas. O consentimento das empresas que forneceram as informações confidenciais continuará a ser necessário antes de as partilhar entre as autoridades de concorrência.

O Acordo de Cooperação em Matéria de Concorrência será um 'acordo complementar' ao [Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido](#), que estabelece, de forma mais ampla, a base para a cooperação e coordenação em matéria de concorrência, prevendo também a possibilidade de celebrar um acordo separado sobre cooperação em concorrência.

Ao assinar o Acordo de Cooperação em Matéria de Concorrência UE-Reino Unido, a UE e o Reino Unido dão um passo adicional na implementação do Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido.

### **Declaração da Comissão Europeia sobre o recente acórdão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos**

A Comissão Europeia exige transparência total no que se refere às medidas que os Estados Unidos tencionam tomar na sequência do recente acórdão do Supremo Tribunal sobre o «International Emergency Economic Powers Act» (IEEPA).

A situação atual não favorece o comércio e o investimento transatlânticos «justos, equilibrados e mutuamente benéficos», tal como acordado por ambas as partes e inscrito na Declaração Conjunta UE-EUA de agosto de 2025.

A Comissão assegurará sempre a plena proteção dos interesses da União Europeia. As empresas e os exportadores da UE devem beneficiar de tratamento justo, de previsibilidade e de segurança jurídica.

Um acordo é um acordo. Enquanto maior parceiro comercial dos Estados Unidos, a UE espera que os EUA honrem os seus compromissos estabelecidos na Declaração Conjunta, tal como a UE respeita os compromissos que assumiu.

Mais especificamente, os produtos da UE devem continuar a beneficiar do tratamento mais competitivo sem aumentos dos direitos aduaneiros que excedam o limite claro e global anteriormente acordado.

As taxas alfandegárias são impostos que aumentam os custos dos consumidores e das empresas, como confirmam claramente estudos recentes.

Quando aplicados de forma imprevisível, os direitos aduaneiros são intrinsecamente perturbadores, comprometendo a confiança e a estabilidade nos mercados mundiais e criando mais incerteza nas cadeias de abastecimento internacionais.

A Comissão Europeia mantém um contacto estreito e permanente com a administração dos EUA. No sábado, 21 de fevereiro, o comissário europeu responsável pela pasta do Comércio, Maroš Šefčovič, falou com o representante dos EUA para o Comércio, Jamieson Greer, e com o secretário do Comércio dos EUA, Howard Lutnick.

Continuaremos a trabalhar para reduzir os direitos aduaneiros como previsto na declaração conjunta. A prioridade da UE é preservar um ambiente comercial transatlântico estável e previsível, atuando simultaneamente como ponto de apoio mundial do comércio baseado em regras.

A UE continua a expandir a nível mundial a sua rede de acordos comerciais abrangentes e ambiciosos com isenção de direitos aduaneiros, bem como a envidar esforços para reforçar o sistema comercial aberto e baseado em regras.

Pode aceder [aqui](#) à versão integral da declaração publicada pela Comissão Europeia.

### **UE importou serviços no valor de 3,5 mil milhões de euros em 2024**

Em 2024, [os países](#) da UE importaram serviços no valor de 3 471 mil milhões de euros de países terceiros.

Estas informações provêm de estatísticas oficiais sobre o comércio [internacional de serviços](#) por modos de prestação (MOS) [publicadas](#) pelo Eurostat.

A maior parte dos serviços (58,9 %; 2 044 mil milhões de euros) foram importados através de uma presença comercial no país declarante (modo 3). A oferta transfronteiras (modo 1) representou 31,3% das importações (1 087 mil milhões de euros), o consumo no estrangeiro (modo 2) 6,6% (229 mil milhões de euros) e a presença de pessoas singulares (modo 4) 3,2% (111 mil milhões de euros).

Em 22 países da UE, a maioria das importações de serviços ocorreu através de uma presença comercial no seu território (modo 3). As percentagens mais elevadas de importações através da presença comercial registaram-se na Bulgária (81,7 %), na Hungria (78,1 %) e em Espanha (74,5 %).

A oferta transfronteiras (modo 1) foi o modo dominante na Grécia, representando 68,8 % das importações. Chipre (43,8 %), a Suécia (37,7 %) e a Dinamarca (37,4 %) também comunicaram percentagens elevadas.

O consumo no estrangeiro (modo 2) desempenhou um papel significativo na Dinamarca, onde representou 22,3 % das importações. A França (12,1 %), a Lituânia (10,8 %), a Croácia (10,4 %) e a Itália (10,3 %) também registaram ações notáveis. Para outros países da UE, representava menos de 10 % do total das importações.

A presença de pessoas singulares (modo 4) foi mais pronunciada em Chipre e na Dinamarca, cada um com uma quota de 7,3 %, e na Bélgica (5,4 %).

### **O Conselho aprova a simplificação dos requisitos de reporte de sustentabilidade e de diligência devida para aumentar a competitividade da UE**

Com o objetivo de aumentar a competitividade da UE, o Conselho deu esta semana o seu visto final a uma simplificação dos requisitos de reporte de sustentabilidade e de diligência devida para empresas. Esta legislação simplifica as diretrizes sobre reporte de sustentabilidade corporativa (CSRD) e diligência devida em sustentabilidade corporativa (CS3D), ao reduzir o peso do reporte e limitar o efeito cascata das obrigações sobre as empresas de menor dimensão.

O pacote de simplificação Omnibus I reduz a complexidade e barreiras desnecessárias, corta a burocracia, aumenta a eficiência e introduz mais flexibilidade para as empresas que permanecem abrangidas pelo seu âmbito, com o objetivo de reforçar a competitividade da UE, especialmente num contexto geopolítico em constante mudança.

O texto do ato legislativo será publicado no jornal oficial da UE nos próximos dias e entrarão em vigor no vigésimo dia após esta publicação.

Os Estados-Membros terão um ano após a entrada em vigor da diretiva para transpor as suas disposições para a legislação nacional, exceto quanto ao artigo 4.º sobre o nível de harmonização, com o qual devem cumprir até 26 de julho de 2028, no mais tardar.

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre a legislação agora aprovada.

### **Regras simplificadas para pequenas empresas “mid-cap”**

Na passada quarta-feira, três comissões do Parlamento Europeu votaram para apoiar propostas que introduzem o conceito de pequenas empresas de médio porte (SMCs) e estendem a estas várias isenções que até agora estavam disponíveis para pequenas e médias empresas (PMEs). O objetivo é evitar situações abruptas em que as obrigações de uma empresa aumentam drasticamente quando ultrapassam o limiar das PMEs.

Os eurodeputados querem que as SMCs sejam definidas como empresas com menos de 1.000 empregados; e com um volume de negócios de até 200 milhões de euros ou até 172 milhões de euros em ativos totais (a Comissão havia proposto 750 empregados, 150 milhões de euros de volume de negócios e 129 milhões de euros em ativos totais). Ao mesmo tempo, o Parlamento quer assegurar que o apoio às PMEs não seja diluído, que o apoio da UE siga o princípio de "pensar primeiro em pequeno", e que os limiares sejam revistos a cada cinco anos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre a posição do Parlamento Europeu.

### **Proteção do consumidor: Conselho apela a salvaguardas mais fortes, consumo sustentável, reforço da aplicação da lei e simplificação**

O Conselho aprovou conclusões que fornecem orientações à Comissão para a implementação da agenda quinquenal para os consumidores até 2030. As conclusões apelam ao reforço da proteção dos consumidores (em particular online), à promoção do consumo sustentável, a uma melhor aplicação da legislação e a uma cooperação mais estreita entre todos os intervenientes relevantes.

Pode aceder [aqui](#) à versão final das conclusões aprovadas.



## Emprego e Demografia

### **FEG: Conselho e Parlamento concordam em apoiar trabalhadores em risco iminente de perder o emprego**

O Conselho e o Parlamento chegaram a um acordo provisório sobre um regulamento que visa alargar o âmbito do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização para Trabalhadores Desempregados (FEG), estendendo o apoio aos trabalhadores que enfrentam o desemprego.

O acordo entre o Conselho e o Parlamento clarifica o âmbito do regulamento revisto, garantindo que os trabalhadores em risco de despedimento iminente tenham acesso a apoio mais cedo no processo.

O texto acordado assegura igualmente salvaguardas suficientes, como a possibilidade de os Estados-Membros realizarem verificações prévias relacionadas com a capacidade financeira e administrativa das empresas. Os Estados-Membros terão também a possibilidade de atribuir o pré-financiamento às empresas em prestações.

Além disso, os legisladores procuraram limitar o peso administrativo do regulamento revisto, especificando que a Comissão deve produzir orientações não vinculativas tanto para os Estados-Membros como para as empresas

As novas regras aplicar-se-ão até ao final de 2027, quando termina o atual programa do FEG.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o acordo provisório alcançado e [aqui](#) aceder à reação da Comissão Europeia a esse acordo alcançado pelos legisladores.

### **12 % dos postos de trabalho no setor dos transportes estão ligados a grupos controlados pelo estrangeiro**

Em 2023, 1,3 milhões de pessoas na UE trabalhavam para empresas de transporte e armazenamento pertencentes a grupos de empresas [multinacionais \(MNE\) sob controlo estrangeiro](#), com base no registo [EuroGroups](#).

Trata-se de um aumento de 30 % desde 2018. Este número representa uma percentagem de 12 % do emprego total no setor (NACE, secção H: Transporte e armazenamento, abreviado como «Transporte» abaixo). Globalmente, dois terços destes 1,3 milhões de trabalhadores no

setor dos transportes trabalhavam para empresas pertencentes a grupos de empresas multinacionais controlados por outros [países da UE ou da EFTA](#) (um terço por países terceiros não membros da EFTA).

Em termos absolutos, a Alemanha tinha o emprego total mais elevado nas empresas de transportes pertencentes a grupos de empresas multinacionais sob controlo estrangeiro (191 000 pessoas), seguida da Polónia (167 000 pessoas) e da Espanha (126 000 pessoas).

As percentagens mais elevadas registaram-se no Luxemburgo (33,4 %), na Suécia (37,5 %) e nos Países Baixos (25,9 %), enquanto as mais baixas foram comunicadas pela França (5,9 %), pela Lituânia (6,4 %) e pela Grécia (6,7 %).

Analisando os principais países de controlo, a Alemanha voltou a ter o emprego mais elevado (232 000 pessoas empregadas por grupos de empresas multinacionais alemãs noutros países da UE), seguida da França (176 000) e dos Países Baixos (72 000).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação publicada pelo Eurostat.

### **Eurodeputados aprovam 1,6 milhões de euros em fundos da UE para ajudar trabalhadores belgas**

Os eurodeputados apoiaram a proposta da Comissão Europeia de mobilizar 1,6 milhões de euros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização para Trabalhadores Desempregados (FEG) para apoiar 267 trabalhadores despedidos na sequência da falência e encerramento da Tupperware Bélgica, a filial belga do fabricante de embalagens, em fevereiro de 2025. O projeto de relatório da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu foi aprovado com 26 votos a favor, dois contra e três abstenções. Espera-se que o plenário vote sobre a mobilização dos fundos em 11 de março.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este relatório.



### **Direitos fundamentais na UE: democracia, igualdade e espaço cívico em tensão**

A Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu adotou o seu mais recente relatório sobre a situação dos direitos fundamentais na UE, abrangendo 2024 e 2025, com 41 votos a favor, 19 contra e 9 abstenções.

Os eurodeputados alertam que os direitos fundamentais na União estão cada vez mais sob pressão, citando o retrocesso democrático, a redução do espaço cívico, o aumento da retórica de ódio e da violência contra minorias, e os ataques renovados aos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQI+. Eles enfatizam que os valores consagrados no Artigo 2.º do TEU e na Carta dos Direitos Fundamentais devem ser respeitados em todas as políticas da UE e plenamente implementados pelos Estados-membros.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este relatório, que deverá ser submetido a votação em plenário durante a sessão de 25 a 26 de março, em Bruxelas.

### **Violações dos direitos humanos na Rússia: UE lista mais oito indivíduos**

O Conselho impôs medidas restritivas a oito indivíduos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática, e por minar a democracia e o Estado de Direito na Rússia.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre as medidas aprovadas.

### **Escudo da Democracia Europeia**

Durante o almoço informal do [Conselho \(Assuntos Gerais\) do passado dia 24 de fevereiro](#), os ministros realizaram uma troca de opiniões para assinalar o lançamento do Centro Europeu para a Resiliência Democrática, no âmbito do [Escudo da Democracia Europeia](#), apresentado pela Comissão em 12 de novembro de 2025.

Os ministros discutiram as áreas prioritárias para 2026 do Centro Europeu para a Resiliência Democrática, concebido como um polo de cooperação entre os Estados-Membros, com o apoio das instituições e órgãos da UE, através da partilha de conhecimentos e experiências no desenvolvimento de respostas eficazes às ameaças às democracias e no reforço da resiliência democrática.

### **Comissão propõe que a UE se torne membro fundador da Comissão Internacional de Reclamações para a Ucrânia**

A Comissão Europeia adotou uma proposta para que a União Europeia se torne membro fundador da Comissão Internacional de Reclamações, um organismo encarregado de assegurar que as vítimas da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia sejam indemnizadas. A proposta terá de ser adotada pelos Estados-Membros no Conselho e aprovada pelo Parlamento Europeu. A União Europeia tornar-se-á então membro fundador da Comissão Internacional de Reclamações.

A Comissão Internacional de Reclamações funcionará sob a égide do Conselho da Europa. Será responsável pela análise, avaliação e determinação dos pedidos de indemnização pelos danos, perdas e danos causados pela Rússia na Ucrânia e ao seu povo. Será igualmente responsável pela determinação do montante da indemnização devida em cada caso.

Kaja Kallas, Alta Representante/Vice-Presidente para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, declarou: «Se começarmos uma guerra, pagamos a conta. À medida que a invasão em grande escala da Ucrânia entra no seu quinto ano, o preço da agressão da Rússia está apenas a aumentar. Serão necessários centenas de milhares de milhões para reconstruir as casas e as infraestruturas ucranianas e eliminar os explosivos espalhados por todo o país. Graças à Comissão de Reclamações, todos os cidadãos ucranianos já podem registar pedidos de indemnização por danos, perdas ou lesões. E quando a guerra terminar, a Rússia tem de pagar pelos danos que causou.»

Michael McGrath, Comissário responsável pela Democracia, Justiça, Estado de Direito e Defesa do Consumidor, declarou: «A paz sem responsabilização não é paz nenhuma - e a responsabilização exige reparação. A Comissão Internacional de Reclamações documentará o verdadeiro custo da agressão da Rússia e garantirá que seja determinada uma compensação justa. A União Europeia continuará a apoiar a Ucrânia e a garantir justiça ao seu povo.»

Em dezembro de 2025, a União Europeia assinou a Convenção que cria a Comissão de Sinistros, juntamente com 35 países, e comprometeu-se a disponibilizar até 1 milhão de euros para apoiar a sua criação no âmbito do Conselho da Europa.

A Comissão de Reclamações baseia-se no importante trabalho realizado pelo [Registo de Danos](#), que foi criado em maio de 2023 para registar os pedidos elegíveis. Através do Registo, a Ucrânia e o seu povo já podem [apresentar pedidos de indemnização por danos, perdas ou lesões](#), nomeadamente por morte e lesões graves, violência sexual, perda de alojamento ou residência e deportação de crianças.

Mais informações sobre os [esforços da UE para assegurar a responsabilização pelas atrocidades cometidas pela Rússia contra a Ucrânia](#) podem ser consultadas em linha.

### As mulheres na política na UE: situação em 2026

Apesar dos fortes compromissos políticos em matéria de igualdade de género a nível da UE e nacional, as mulheres continuam a estar sub-representadas em todos os níveis do poder político. No Parlamento Europeu, bem como nos parlamentos nacionais, governos e assembleias locais, a sua representação é, na maioria das vezes, inferior à marca simbólica dos 40 %. Além disso, após sucessivos ciclos eleitorais em que a representação das mulheres nas assembleias representativas aumentou, esta tendência abrandou ou estagnou.

Os progressos também têm sido desiguais entre os Estados-Membros, com as mulheres a continuarem a estar claramente sub-representadas em alguns deles. A representação política equilibrada em termos de género não é importante apenas para as mulheres e as mulheres políticas, mas também para os próprios partidos políticos e para o resto da sociedade. Aumenta a confiança no sistema político e reforça a governação económica e política.

A UE comprometeu-se a alcançar o equilíbrio de género na representação e participação políticas na UE; no entanto, com exceção das eleições europeias, os seus poderes nesta área continuam a limitar-se principalmente a ações suaves. Pode apoiar as ações específicas a tomar pelas instituições da UE, pelos governos nacionais, pelos partidos políticos, pela sociedade civil e pelos meios de comunicação social, emitindo recomendações, facilitando o intercâmbio de boas práticas ou financiando projetos. Existem provas substanciais dos obstáculos à participação política das mulheres e dos meios para os superar. No entanto, este quadro não é estático, uma vez que surgem novos desafios, nomeadamente da oposição crescente à igualdade de género, bem como das tecnologias digitais, mais recentemente da inteligência artificial, que podem tanto capacitar as mulheres como desencorajá-las.

Pode aceder [aqui](#) a uma atualização de um briefing de março de 2024 elaborado por Ionel Zamfir para o [Serviço de Estudos do Parlamento Europeu](#) (EPRS).



### Conselho dá luz verde final a medidas destinadas a tornar o sistema de asilo da UE mais eficiente e robusto

O Conselho adotou formalmente a primeira lista de países de origem seguros à escala da UE, bem como uma revisão do conceito de país terceiro seguro. Estes dois atos legislativos visam harmonizar ainda mais e tornar mais eficiente o quadro da UE em matéria de migração e asilo.

A lista de países de origem seguros à escala da UE ajudará os Estados-Membros a tratar de forma mais eficiente os pedidos de proteção internacional apresentados por nacionais desses países.

A revisão do conceito de país terceiro seguro dará aos Estados-Membros maior flexibilidade para rejeitarem pedidos de asilo por serem considerados inadmissíveis.

As medidas são importantes para a aplicação do **Pacto da UE em matéria de Migração e Asilo**, a agenda da UE para gerir a migração de forma mais eficaz e estabelecer um sistema comum de asilo destinado a assegurar procedimentos eficientes e mais uniformes, bem como uma repartição equitativa dos encargos entre os Estados-Membros.

A lista designa como países de origem seguros a nível da UE os seguintes países: Bangladexe, Colômbia, Egito, Índia, Kosovo, Marrocos e Tunísia.

O conceito de país terceiro seguro permite aos Estados-Membros da UE rejeitarem um pedido de asilo por inadmissibilidade (sem analisar o seu mérito) quando os requerentes de asilo poderiam ter procurado, e, se elegíveis, recebido, proteção internacional num país terceiro que fosse considerado seguro para eles. O ato legislativo alarga e clarifica os fundamentos para declarar os pedidos inadmissíveis com base no conceito.

Com exceção de determinadas regras que poderão ser antecipadas, a lista da UE de países de origem seguros e as alterações ao conceito de país terceiro seguro começarão a aplicar-se em 12 de junho de 2026, ao mesmo tempo que o resto do Pacto em matéria de Migração e Asilo.

Pode encontrar informação mais detalhada [aqui](#).

### **É tempo de a legislação da UE definir a violação com base na ausência de consentimento, dizem os eurodeputados**

A Comissão deveria, dizem os eurodeputados, propor legislação da UE que estabeleça uma definição comum de violação baseada no conceito de consentimento livre, informado e revogável.

O relatório, aprovado na passada quarta-feira pelas Comissões das Liberdades Civas e dos Direitos das Mulheres com 75 votos a favor, 27 contra e 3 abstenções, baseia-se na posição de longa data do Parlamento de que a ausência de consentimento deve ser o elemento central nos processos judiciais por violação.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes do relatório aprovado.



Indústria

### **Harmonização técnica: Conselho aprova novos requisitos para carregadores de automóveis e outros instrumentos de medição**

O Conselho adotou uma diretiva que altera os requisitos aplicáveis aos instrumentos de medição vendidos e colocados no mercado único. A diretiva atualizada relativa aos instrumentos de medição (MID) facilitará a implantação de carregadores de veículos elétricos, distribuidores de gás comprimido e contadores de energia térmica, que são essenciais para a transição ecológica. As regras revistas também dão prioridade à digitalização e à medição inteligente e apoiam a utilização de gases emergentes, como o hidrogénio, para ajudar a descarbonizar os processos industriais.

Após a aprovação do Conselho, o ato legislativo foi adotado. O regulamento entrará em vigor no vigésimo dia seguinte à sua publicação no Jornal Oficial. Os Estados-Membros terão 24 meses para transpor as novas regras para o seu quadro jurídico nacional. Os novos requisitos serão aplicáveis 30 meses após a entrada em vigor da diretiva, com exceção dos carregadores EVSE e dos distribuidores de gás comprimido (os dois novos elementos da diretiva agora adotada), que beneficiarão de um período de transição mais longo, de 48 meses.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.



Instituições & União Europeia

### **Os eurodeputados apoiam Andrés Ritter como o próximo Procurador-Geral da UE**

Os deputados ao Parlamento Europeu na Comissão das Liberdades Civas, Justiça e Assuntos Internos votaram a favor da nomeação de Andrés Ritter como o próximo Procurador-Geral Europeu, o chefe do Ministério Público Europeu (EPPO). Recebeu 52 votos a favor da sua nomeação e 10 votos contra, com 6 abstenções.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

### **Autoridade Aduaneira da UE: Conselho e Parlamento acordam procedimento para escolher uma cidade sede para a Autoridade**

O Conselho aprovou formalmente o procedimento acordado com o Parlamento Europeu para selecionar uma cidade anfitriã para a nova Autoridade Aduaneira da UE (EUCA). A autoridade terá como responsabilidade coordenar a ação aduaneira e apoiar as atividades das autoridades aduaneiras nacionais de forma consistente em toda a União.

O entendimento comum agora finalizado estabelece um processo de tomada de decisão robusto que respeita a autonomia de cada instituição. A decisão final sobre a sede será tomada a 25 de março durante uma reunião interinstitucional informal a nível político entre os colegisladores.

Em outubro de 2025, a Comissão Europeia lançou um convite à candidatura para que os Estados-Membros manifestassem o seu interesse em acolher a EUCA. Nove Estados-Membros submeteram candidaturas até ao prazo limite: Bélgica (Liège), Croácia (Zagreb), França (Lille), Itália (Roma), Países Baixos (Haia), Polónia (Varsóvia), Portugal (Porto), Roménia (Bucareste) e Espanha (Málaga).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre o procedimento de seleção.

### **Parlamento – Acordo-Quadro com a Comissão: Comissão dos Assuntos Constitucionais aprova regras revistas**

A Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu adotou um parecer (19 votos a favor, nenhum contra, 6 abstenções) apoiando o acordo alcançado entre os negociadores do Parlamento Europeu e da Comissão para rever o Acordo-Quadro entre as duas instituições.

Pode encontrar mais informações [aqui](#).



Investigação e inovação científica, ciência

### **Fundo de investigação para o carvão e o aço: Conselho adota posição para tornar as indústrias do aço e do carvão mais limpas e competitivas**

O Conselho chegou a acordo (orientação geral) sobre um pacote de duas propostas para reformar o fundo de investigação para o carvão e o aço. As duas decisões do Conselho visam acelerar e simplificar os investimentos em investigação e inovação em apoio à competitividade, bem como à transição verde e justa do setor siderúrgico e das regiões mineiras de carvão da UE. O acordo do Conselho prolonga a duração do programa até 2034 (em vez de 2030, como proposto pela Comissão) e distribui de forma equitativa a dotação financeira anual, permitindo até 120 milhões de euros de investimento por ano. A posição do Conselho também esclarece os objetivos do programa para projetos de investigação e inovação relacionados com estas áreas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre as propostas, bem como as próximas etapas da negociação com o Parlamento Europeu.



Mar e Pescas

### **Os eurodeputados dizem que a diplomacia oceânica deve estar no cerne da política externa da UE**

A Comissão das Pescas do Parlamento Europeu adotou um relatório que apela à integração da diplomacia oceânica nas políticas de desenvolvimento e nas políticas externas e de segurança comuns da UE. Isso possibilitaria defender a ordem marítima baseada em regras, garantir a exploração sustentável dos recursos, atuar contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INDNR) e combater a pirataria, as frotas clandestinas e ações violentas contra infraestruturas submarinas. Numa altura em que a governação dos oceanos está cada vez mais interligada com considerações geopolíticas, económicas e de segurança, os eurodeputados apelam a missões navais para monitorizar e pôr fim à pesca INDNR.

No seu relatório, adotado por 18 votos a favor e 4 contra, com 4 abstenções, os eurodeputados saúdam a nova geração de acordos de parceria para pescas sustentáveis (SFPAs), sublinhando que estes devem respeitar os pareceres científicos e os direitos humanos. Devem aprofundar a cooperação com os países parceiros, por um lado, e ao mesmo tempo melhorar a sustentabilidade da frota e diversificar a origem dos produtos de pesca, por outro.

Pode encontrar mais informações [aqui](#).

### **Comissão procura contributos para definir a sua estratégia para as comunidades costeiras**

A Comissão Europeia lançou um [convite público à apreciação de quatro semanas](#) para ajudar a conceber a primeira estratégia da UE para as comunidades costeiras, um compromisso fundamental no âmbito do [Pacto Europeu para os Oceanos](#).

Esta estratégia visa apoiar, impulsionar o crescimento económico sustentável e dar resposta aos desafios enfrentados pelos milhões de pessoas que vivem e trabalham ao longo das costas europeias.

Até 23 de março de 2026, a Comissão convida os cidadãos, as empresas, os órgãos de poder local e regional, as ONG e os peritos a partilharem as suas perspetivas sobre as questões mais prementes que afetam as comunidades costeiras. Com ele, a Comissão pretende identificar as principais prioridades políticas, avaliar a eficácia das medidas da UE existentes e explorar novas soluções para apoiar a vitalidade económica, a proteção do ambiente e a qualidade de vida nestas comunidades.

Os contributos ajudarão a definir a estratégia específica, que se centrará na libertação do potencial da economia azul através da inovação, da descarbonização, da renovação geracional e da melhoria da conectividade, reforçando simultaneamente a resiliência às alterações climáticas contra ameaças como a subida do nível do mar, a erosão e a perda de biodiversidade. Além disso, a estratégia procurará promover comunidades inclusivas e dinâmicas, abordando desafios como a escassez de habitação, o turismo excessivo e o despovoamento, assegurando o acesso a serviços essenciais e preservando o património cultural que define a vida costeira.

A Comissão incentiva uma ampla participação, a fim de assegurar que a estratégia final reflete as diferentes necessidades e proporciona benefícios tangíveis para as comunidades ao longo das costas da Europa.

[Estão disponíveis em linha mais informações](#), nomeadamente sobre a forma de participar no convite à apreciação.

### **A Comissão das Pescas apoia medidas internacionais para a gestão dos recursos pesqueiros**

A Comissão das Pescas do Parlamento Europeu [adotou](#), por 19 votos a favor, 3 contra e com 4 abstenções, o seu mandato para negociações interinstitucionais sobre propostas de transposição para o direito da União das medidas adotadas entre 2018 e 2024 por [seis organizações regionais de gestão das pescas](#) (ORGP).

A União é membro de 18 ORGPs no total. Estes organismos adotam medidas para gerir e proteger os recursos pesqueiros, particularmente aquelas espécies que atravessam várias jurisdições. Para serem aplicadas a todos os navios de pesca da UE, estas decisões têm de ser transpostas para a legislação da UE para garantir clareza jurídica e assegurar igualdade de oportunidades para a frota da UE e para as frotas de países terceiros que operam nas mesmas águas internacionais. O processo de transposição é principalmente de carácter técnico, dado que as regras já foram internacionalmente acordadas em cada ORGP.

A Comissão também decidiu iniciar negociações interinstitucionais com os governos da UE, com 22 votos a favor, 3 contra e 1 abstenção.



## Mobilidade

### **Transporte rodoviário: Conselho permite à Áustria alterar acordo com a Suíça sobre cabotagem de autocarros nas regiões fronteiriças**

O Conselho [adotou](#) uma abordagem geral relativamente a uma proposta que permite à Áustria alterar o seu acordo bilateral de transporte rodoviário com a Suíça. A alteração permitiria operações de cabotagem nas regiões fronteiriças da Áustria e da Suíça para serviços de autocarros entre os dois países.

O Parlamento Europeu ainda precisa de definir a sua posição. A presidência pode iniciar negociações com o Parlamento Europeu, assim que este último definir a sua própria posição negocial, com vista a alcançar um acordo sobre este dossier.

### **«Itinerância como em casa»: Comissão propõe a abertura de negociações para alargar a itinerância da UE aos Balcãs Ocidentais**

A Comissão Europeia propôs a abertura de negociações com a Albânia, a Bósnia-Herzegovina, o Kosovo, o Montenegro, a Macedónia do Norte e a Sérvia, a fim de as integrar no regime da UE «itinerância como em casa».

Uma vez concluídos os acordos com cada um dos parceiros e plenamente alinhados com as regras da UE em matéria de itinerância, as pessoas que viajam entre a UE e os Balcãs Ocidentais poderão efetuar chamadas, enviar mensagens de texto e utilizar dados móveis sem sobretaxas de itinerância.

Tal significa uma conectividade sem descontinuidades a preços nacionais, não só para os cidadãos e as empresas dos Balcãs Ocidentais que visitam a UE, mas também para os viajantes da UE nos Balcãs Ocidentais. O acordo tornará mais fácil e acessível para as pessoas e as empresas de ambos os lados se manterem em contacto enquanto estão no estrangeiro para estudar, trabalhar ou passar férias.

Com a proposta de mandatos de negociação adotada, a Comissão solicita autorização do Conselho para encetar negociações com os parceiros dos Balcãs Ocidentais. Uma vez adotado pelo Conselho, a Comissão negociará acordos bilaterais com cada parceiro dos Balcãs Ocidentais. Uma vez celebrados com êxito, estes acordos abrirão caminho para que os Balcãs Ocidentais se tornem parte da zona «itinerância como em casa» da UE.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).



## Proteção Civil

### **UE anuncia 63 milhões de euros para a Somália em resposta ao agravamento da crise humanitária**

A União Europeia anunciou um financiamento humanitário de 63 milhões de euros para apoiar as comunidades mais vulneráveis em toda a Somália afetadas pelo conflito em curso e pelas deslocações no país, bem como pelo agravamento da seca e pelo aumento dos preços dos alimentos.

Este anúncio surge num momento em que as taxas de insegurança alimentar e desnutrição relacionadas com a seca estão a aumentar a nível nacional na Somália, com 6,5 milhões de pessoas (cerca de uma em cada três somalis) a enfrentar a fome e cerca de 1,85 milhões de crianças com menos de cinco anos em risco de desnutrição aguda. O financiamento da UE dará prioridade aos serviços integrados de saúde e nutrição que salvam vidas, incluindo o tratamento da subnutrição grave/aguda, a ajuda pecuniária de emergência, a água, o saneamento, a proteção e a educação de emergência. A ajuda será prestada através de parceiros humanitários de confiança da UE que operam no terreno, assegurando que a ajuda chega aos mais afetados de forma atempada, inclusiva e eficaz.

A fim de continuar a coordenar a resposta de emergência à crescente crise alimentar, a UE participou na Mesa-Redonda de Liderança Global, na sequência da ativação pela Somália do seu «Plano de Preparação para Crises de Segurança Alimentar». Juntamente com este novo financiamento, a UE disponibilizou mais de 750 milhões de euros em ajuda humanitária à Somália desde 2017.

Numa altura em que os programas humanitários são gravemente afetados por cortes na ajuda a nível mundial, a UE continua empenhada em prestar ajuda de emergência às pessoas mais vulneráveis na [Somália](#). Mais informações sobre a [ajuda humanitária da UE](#) podem ser consultadas em linha.



## Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

### Orçamento europeu para 2028-2034: Tribunal de Contas Europeu lança alertas sobre novo Fundo Europeu e como medir resultados das despesas

O Tribunal de Contas Europeu (TCE), que fiscaliza as finanças europeias, dá a opinião sobre os projetos de lei que, depois de aprovados, vão decidir como gastar quase metade dos dois biliões de euros que constituem o orçamento da União Europeia (UE). Em dois pareceres agora publicados, responde ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE, que lhe pediram uma opinião especializada e independente sobre as propostas da Comissão Europeia para criar o novo Fundo Europeu combinado. Este fundo financia planos nacionais em áreas como a coesão, a agricultura e a segurança. Propõe também um novo modelo para medir os resultados e seguir o destino dado ao dinheiro. Estas propostas mudam todo o planeamento, gestão e fiscalização dos gastos da União. Por isso, o TCE lança alertas sobre vários riscos para a gestão financeira e pede regras de controlo mais fortes.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os dois pareceres publicados pelo Tribunal de Contas Europeu, incluindo o acesso às versões integrais dos dois relatórios: [Parecer sobre o Fundo Europeu combinado](#) e [Parecer sobre o quadro de acompanhamento das despesas da UE](#).



## Regiões Ultraperiféricas

### Aprovação do relatório informativo sobre os desafios para os territórios ultramarinos do próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia (2028-2034)

A delegação senatorial para os territórios ultramarinos do Senado de França aprovou por unanimidade o relatório sobre os desafios para os territórios ultramarinos do futuro quadro financeiro plurianual da União Europeia (2028-2034). Os relatores Olivier Bitz, Georges Naturel e Saïd Omar Oili alertam para um orçamento europeu que apaga 30 anos de conquistas para as regiões ultraperiféricas (RUP) e que demonstra uma incompreensível falta de visão e ambição neste momento de mudança geopolítica mundial.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes sobre a posição adotada e aceder [aqui](#) à versão integral do relatório.



## Saúde

### Comissão Europeia investe 225 milhões de euros em vacinas da próxima geração contra a gripe

A União Europeia está a investir 225 milhões de euros para acelerar o desenvolvimento em vacinas da próxima geração contra a gripe, que oferecerão proteção contra uma gama mais ampla de variantes da gripe e poderão ser rapidamente adaptadas caso surja uma estirpe pandémica. Esta é a primeira vez que a Comissão utilizará a aquisição pré-comercial para avançar produtos através de ensaios clínicos, garantindo que cumpram critérios rigorosos de segurança, qualidade e eficácia, ao mesmo tempo que apoia inovações que, de outra forma, poderiam estagnar sem intervenção pública.

O financiamento apoiará vacinas concebidas para facilitar a vacinação por via nasal, bucal ou com adesivos transdérmicos, podendo a sua produção ser rapidamente reforçada em emergências.

Os contratos assinados terão uma duração de 98 meses, abrangendo todas as fases desde o desenvolvimento clínico até à autorização de introdução no mercado.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

### Nova Aliança “Exposome” para colocar a prevenção no centro da política da UE

Membros do Parlamento Europeu, investigadores de saúde de renome, e grandes organizações europeias de saúde lançaram a “[Exposome Alliance](#)” no Parlamento Europeu, assinalando um esforço coordenado para enfrentar os fatores ambientais e sociais que impulsionam o aumento das doenças crónicas na Europa e direcionar a política da UE de forma decisiva para a prevenção.

Reunindo decisores políticos, organizações da sociedade civil e cientistas, a Aliança promove uma integração transversal das questões de saúde pública, garantindo que a saúde e o bem-estar sejam tidas em conta em todas as políticas setoriais da UE.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre esta iniciativa.



### BEI concederá financiamento ao abrigo do InvestEU à OQ Technology para desenvolver conectividade satélite-smartphone

O Banco Europeu de Investimento (BEI) disponibilizará 25 milhões de euros de financiamento por dívida de risco ao fornecedor de conectividade por satélite OQ Technology, com sede no Luxemburgo. O financiamento, apoiado pelo programa InvestEU da Comissão Europeia, apoiará a investigação e o desenvolvimento em curso da sua tecnologia de telecomunicações por satélite de baixa órbita (LEO), em conformidade com as normas internacionais em matéria de comunicações móveis.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

#### Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para [2026](#) e [2027](#).

#### Mais no Comité das Regiões Europeu:

Calendário para [2026](#).

#### Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Cipriota](#)



OPORTUNIDADES DE  
EMPREGO, TRABALHO OU  
FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



#### Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



#### Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



#### Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



#### Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



#### Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.

### **Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas**

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).

### **Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes**

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

### **Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors**

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

### **Agência Espacial Europeia**

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

### **IFREMER**

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.

### **Corpo Europeu de Solidariedade**

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).

### **Açorianos no Mundo**

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).

### **Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas**

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).

### **Viver em Bruxelas**

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



## O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

### Legenda:



### Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia](#)

[de Segurança Marítima](#) | [ERC – Conselho Europeu de Investigação](#) | [ESA – Agência Espacial Europeia](#) | [EUA – Estados Unidos da América do Norte](#) | [FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | [FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | [FEI – Fundo Europeu de Investimento](#) | [FEIE – Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | [GEE – Gases com Efeito de Estufa](#) | [GPS – Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | [IA – Inteligência Artificial](#) | [ICCAT – Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | [IMO – Organização Marítima Internacional](#) | [JRC – Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | [OCM – Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | [ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | [OMC – Organização Mundial do Comércio](#) | [OMS – Organização Mundial de Saúde](#) | [ONU – Organização das Nações Unidas](#) | [PAC – Política 14 de julho Comum da UE](#) | [PE – Parlamento Europeu](#) | [PES – Partido Socialista Europeu](#) | [PME – Pequenas e médias empresas](#) | [PPE – Partido Popular Europeu e PPE no PE](#) | [Q&A – Perguntas e Respostas](#) | [QFP – Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | [RIS – Regional Innovation Scoreboard](#) | [RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | [S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | [UE – União Europeia](#) | [TCE – Tribunal de Contas Europeu](#) | [TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | [TJUE – Tribunal de Justiça da UE](#) |

**Autoria:**

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

**Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)**

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

[gabinetebruxelas@azores.gov.pt](mailto:gabinetebruxelas@azores.gov.pt) | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

**Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!**